



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO
FEDERAL

Conselho de Cultura do Distrito Federal

ATA

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

No dia 26 de agosto de 2021 foi realizada, via remota, pelo programa Zoom Reuniões, das 19h30 às 22h00, a 11ª Reunião Extraordinária do Pleno do Conselho de Cultura do Distrito Federal, com a presença dos seguintes conselheiros e conselheiras:

- Elizabeth Fernandes – Presidente do Conselho
- Aline Maria da Silva Camilo – Conselheira Titular
- Fernanda Barbosa Adão – Conselheira Titular
- João Roberto de Oliveira Moro – Conselheiro Titular
- Pedro Paulo de Oliveira – Conselheiro Titular
- Rita de Cássia Fernandes de Andrade – Conselheira Titular
- Wellington José Lourenço de Abreu – Conselheiro Titular

A assessoria foi realizada por mim, Kenia Severo Pereira, Secretária Executiva do Conselho de Cultura do Distrito Federal.

Ao verificar o quórum mínimo necessário à abertura dos trabalhos, a Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal, Sra. Elizabeth Fernandes, às 19h40, deu início à reunião ordinária com a seguinte pauta:

PAUTA ÚNICA:

19h30 - Apreciação de propostas para execução do saldo da Lei Aldir Blanc no DF.

22h – ENCERRAMENTO

ORDEM DO DIA:

A Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal, a Sra. Elizabeth Fernandes, iniciou as atividades informando que a reunião de hoje terá pauta única e que está sendo traduzida/interpretada para Libras e pediu aos presentes que procurem falar de forma mais pausada e evitem falar mais de uma pessoa ao mesmo tempo para ajudar no trabalho das intérpretes.

Informou que estão presentes as Conselheiras Aline e Fernanda, os Conselheiros João Moro, Pedro Paulo e Wellington; e avisou que a Conselheira Rita chegará um pouco mais tarde para a reunião de hoje.

Apontou que a discussão de hoje será focada nas propostas apresentadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, conforme falado pelo Secretário Carlos Alberto na última reunião ordinária do Conselho.

Informou que na segunda-feira o CCDF recebeu um conjunto de propostas, com critérios para execução da LAB, que a proposta foi enviada para que comunidade cultural a analisasse e trouxesse suas sugestões na reunião de hoje.

Como informe, comunicou que a Secretaria de Economia encaminhou para a Câmara Legislativa do DF um projeto de lei assinado pelo governador, com crédito suplementar para o FAC no valor de R\$ 91,6

milhões e que agora a Secretaria de Cultura e Economia Criativa aguarda a aprovação desse projeto para finalmente receber esse recurso.

Saudou os presentes e comentou sobre a presença de muitos representantes de Conselhos Regionais de Cultura, de diferentes regiões administrativas e falou da importância dessa participação. Solicitou que os presentes se inscrevam pelo chat e comunicou a todos da presença do Secretário Executivo da SECEC, Carlos Alberto Júnior, que saudou os presentes e falou do dia lendário para a comunidade cultural.

A Presidente informou ao Secretário que as inscrições para dúvidas e perguntas já foram abertas e caso ele prefira já responder conforme as perguntas forem feitas, basta sinalizar. Passou à palavra a primeira inscrita.

A Conselheira Neide Nobre, do CRC de Sobradinho, comentou que a proposta apresentada pela SECEC faz referência a um valor de R\$ 3,5 milhões, mas que o saldo da LAB ao qual a comunidade tinha conhecimento era de R\$ 3.840.746,00. Nesse sentido, perguntou qual o real valor do saldo remanescente.

Apresentou contraproposta no sentido de se tentar alcançar um número maior de agentes. Fez referência ao FAC prêmios, que teve um número de mil e quinhentos inscritos, com a ampla divulgação da Lei Aldir Blanc, com o aumento do número de CEACs e com a necessidade dos agentes culturais do DF.

Lembrou que o recurso da LAB é um recurso emergencial que foi pensado para os agentes culturais que tiveram seus ofícios interrompidos e que foram impedidos de monetizar, pela necessidade de isolamento social da pandemia e, por tudo isso, acredita que o recurso deva ser destinado a agentes culturais, pessoas físicas, com o máximo que for possível. Disse que fez um cálculo e que se forem pagos prêmios de R\$ 4 mil, novecentos e sessenta agentes seriam beneficiados e não quinhentos, como prevê a proposta da SECEC; se o prêmio for de R\$ 3 mil, alcançariam mil duzentos e oitenta agentes. Deixou esses valores como proposta e comentou que ao longo da noite tratariam dos critérios.

Ressaltou que alcançar um número maior de pessoas beneficiadas é sempre importante, pois para muitos o recurso da LAB será o único, pois não alcançarão recursos do FAC.

O Secretário Carlos Alberto lembrou que na reunião passada falou que a Secretaria executou todo o recurso do Inciso II, porque suplementam o inciso e foi possível atender a um número x de beneficiários, e não restaram recursos para esse inciso. Apontou que esse recurso, de R\$ 3,8 milhões, corresponde às inscrições do Inciso I, que é limitado ao pagamento de cinco parcelas, restando a possibilidade de editalização do recurso.

Comentou que a Secretaria fez o planejamento do valor de R\$ 3,5 milhões nesse documento base, pois é necessário manter uma reserva técnica para o caso de ocorrer algum processo intercorrente dessa situação. Exemplificou que nessa semana um proponente ganhou uma liminar em que entrou com um recurso dizendo que tinha direito ao Inciso II; contou que o proponente perdeu na primeira instância, mas que ganhou na segunda. Por isso, explicou, sempre que um edital como esse é lançado é necessário manter um recurso como reserva técnica para casos como esses e que se no final do certamente o recurso não precisar ser utilizado para pagamentos dessa natureza, a SECEC suplementará o edital e o recurso não deixará de ser utilizado.

Com relação a proposta da Conselheira, comentou que na reunião anterior foi dado esse exemplo de dividir o recurso entre pessoas físicas e jurídicas e que as posições foram antagônicas, com alguns defendendo o pagamento para pessoas físicas e outras para um pagamento misto.

Apontou que o primeiro ponto observado pela Secretaria para a feitura desse edital foi a capacidade de recursos humanos da SECEC, que é limitada. Apontou que estamos próximos ao fim do ano, com um volume absurdo de entregas e que a Subsecretaria de Administração Geral (SUAG) e outras áreas não têm condições de fazer mega pagamentos, como os feitos no ano passado. Lembrou que no ano passado a Secretaria não teve edital do FAC mais para o final do ano, então, praticamente toda a Secretaria parou, em uma força tarefa, para executar a Aldir Blanc, mas que nesse ano a SECEC está com muitas entregas e não tem braços suficientes para fazer pagamentos para novecentos/mil beneficiários, pois seriam mil processos para pagar e a Secretaria não tem braços para isso e, por essa razão, planejaram essa proposta com até quinhentos beneficiários, incluindo espaços e coletivos, pois a Secretaria entende que a situação

também está difícil para eles, que são geradores de empregos e renda e também têm suas contas acumuladas, assim como as pessoas físicas. Ressaltou que não estava desmerecendo as pessoas físicas, mas que estava levantando a situação de quem tem grupos e espaços e também enfrentam dificuldades.

Comentou que viu a presença do Mestre Cobra e comentou que sabe de sua história e sua batalha e que muitas famílias e artistas dependem de seu espaço como um ponto de cultura e que, por isso, é preciso olhar não apenas para as pessoas físicas, que não tiveram tanta procura na primeira fase da Aldir Blanc, e que é preciso olhar para os espaços que também enfrentam grandes dificuldades.

Frisou que não está fazendo juízo de valor em relação às propostas apresentadas, que sua presença na reunião é para dizer aos presentes que a Secretaria de Cultura e Economia Criativa receberá essas sugestões e propostas e que as analisará dentro do critério jurídico e do que for plausível de ser executado pela Secretaria, pois não podem fechar um compromisso com a comunidade cultural e lá na frente terem que dizer que não é possível concluir. Assim, apontou, a Secretaria trabalhará com as possibilidades físicas e jurídicas para que possam chegar a um denominador comum.

Reiterou que sua presença não será no sentido de fazer juízo de valor das propostas apresentadas, que a Secretaria irá recebê-las, fazer o tratamento das informações e tentará, o máximo possível, atender a maioria. Ressaltou que dentro um processo democrático deve-se escutar a maioria, mas também a minoria. Assim, salientou, as propostas serão analisadas e a Secretaria tentará um meio termo para todos.

A Sra. Josiane iniciou sua fala dizendo que apesar de não terem conseguido formar um Conselho Regional de Cultura no Núcleo Bandeirante, os agentes culturais da cidade continuam firmes e fortes. Comentou que é importante considerar que as empresas têm custos e tributos que precisam pagar ainda que não tenham renda, além de precisarem manter seus colaboradores o ano inteiro e durante os projetos. Considerou que importante ter em vista que as empresas precisam ter lugar nessa redistribuição de recursos e, sobretudo, os projetos culturais ligados a empresas que não foram contemplados no primeiro edital da Aldir Blanc.

Apontou que ela é um caso específico, de vários, que não judicializaram, que por erros e excepcionalidades não foram contemplados no primeiro edital. Ressaltou que não apenas ela, mas que conhece vários outros projetos de pessoas e empresas que trabalham e pagam seus impostos, inclusive para retroalimentar todo o sistema de financiamento da cultura do Distrito Federal, que não foram contemplados no primeiro edital.

Ressaltou que a Secretaria precisa ter um olhar especial para os projetos que não foram contemplados no primeiro edital, até como uma forma de reparação, pois não é justo que quem não foi contemplado não o seja novamente. Comentou que entende as limitações da Secretaria, mas que entende que esse recurso deva ser distribuído, para além das empresas e projetos, para pessoas físicas, aquelas que eventualmente não estejam na modalidade de auxílio emergencial e declarou que é favorável a que empresas e projetos ofereçam contrapartidas.

Reiterou que a Secretaria deve ter um olhar especial para as empresas e projetos que não foram contemplados no primeiro edital da LAB, sem que isso exclua as pessoas físicas, de forma a reparar erros que possam ter ocorrido no primeiro edital e para que possam manter empresas e projetos que trabalham e contratam durante todo o ano.

A Presidente do Conselho avisou que além da reunião estar sendo gravada, que técnicos da Secretaria estão participando para coletar as sugestões que serão repassadas para análise das equipes técnica e jurídica da SECEC. Lembrou a Sra. Josiane que o Núcleo Bandeirante ainda terá eleições para composição do CRC e informou a todos que as eleições para os Conselhos Regionais da Fercal, Núcleo Bandeirante e Park Way acontecerão de forma on-line no período de 02 a 10 de setembro de 2021.

Pediu para que aqueles que não estão com a palavra mantenham seus microfones fechados, pois os microfones abertos atrapalham o transcorrer da reunião e o trabalho das intérpretes.

A Conselheira Fernanda deu boas-vindas ao Secretário Executivo e informou que fez algumas informações da proposta apresentada pela Secretaria e as destacou:

I - Que sejam acrescentados, especificamente, em “Segmentos premiados”: em Literatura, contadores de histórias; em Cultura Popular, cultura tradicional e mestres do saber. Que sejam acrescentados: Gastronomia, Jogos eletrônicos, Animação e Backstage.

Em “Pontuação Extra”, perguntou se os valores que estão do lado esquerdo de cada critério já é a pontuação ou se representa uma ordem de prioridade e, se não, qual será? Apontou que acredita ser muito importante detalhar, seguindo resultados de indicadores da fase um, qual a pontuação de cada um daqueles critérios.

II - Acrescentar dois critérios para pontuação extra:

- Proponentes que atuem com temáticas relacionadas a questões raciais no país, medidas propositivas de combate ao racismo e, principalmente, fortalecimento da identidade cultural negra;
- Proponentes que sejam pessoas com deficiências (sendo exigidos laudos na juntada de documentos).

Sugeriu que o texto da “Pontuação Extra 3” tenha a seguinte redação: *Proponentes que atuem com temática relacionada ao gênero, incluindo a proposição de ações voltadas à promoção da equidade de gêneros e à prevenção da violência contra mulheres.* Apontou que tal sugestão visa deixar o texto um pouco mais abrangente e envolver outros grupos que no momento não estão sendo especificamente atendidos nessas pontuações extras e que acredita que sejam grupos atingidos pela pandemia.

Opinou que é importante definir emergencialmente quais são aquelas atividades que podem ser automatizadas, explicitando os motivos para automatizá-las, para que, assim, possam ter um atendimento maior que quinhentas pessoas, pois considera esse número baixo.

Falou que pela fala trazida pelo Secretário Executivo, que trouxe uma informação importante sobre a reserva de emergência do recurso, então, apontou, a sociedade civil, não apenas hoje, mas em várias reuniões e no formulário de feedback da LAB, tem a necessidade de ampliação comunicação e da operação para implantação da LAB II, pois é preciso chegar na periferia da periferia. Exemplificou sugerindo que seja oferecida ajuda de custo a agentes comunitários para que isso chegue até as zonas rurais.

Pontuou que a LAB I aconteceu e que mesmo com todos os problemas reconhece o empenho da equipe operacional, que sabe que essa equipe faz o que a gestão autoriza, que existe um limite, que esse lema de redução de custos todos escutam muito em todas as esferas, mas que não pode ser aplicado quando a questão é de sobrevivência e que o lema deve ser de efetividade, ou seja, impacto positivo; eficiência, ou seja, a relação entre produtos e serviços gerados e não apenas a eficácia do que entregamos da LAB, pois a sociedade civil não se sente satisfeita com isso.

Aproveitou para parabenizar a Secretaria pela vitória de hoje e destacou que o movimento cultural vem agindo dentro da legalidade, lutando juridicamente por todo os direitos em atraso e que só querem o cumprimento da lei.

O Gerente de Cultura do Park Way, Sr. Thiago Henrique, comentou suas dúvidas e sugestões já foram fomentadas, que uma de suas principais dúvidas eram com relação ao pessoal do backstage, pois esses estão precisando muito, e se a Aldir Blanc seria apenas para aqueles que não foram contemplados no ano passado, pois essas pessoas têm que, de fato, ser priorizadas, que aqueles que não foram contemplados precisam ser contemplados, mas que não podem esquecer que alguns que conseguiram ser contemplados pagaram suas contas de 2020 e que em 2021 não conseguiram se reerguer, pois não conseguiram fomentar a cultura uma vez que a área do entretenimento ainda está travada.

Comentou que, como Gerente de Cultura do Park Way, recebe muitos artistas que têm essas dúvidas, que muitos deles conseguiram receber o recurso em 2020, mas que não conseguiram se restabelecer esse ano. Apontou que o mercado cultural mudou muito nesse período de pandemia e que com essas mudanças é necessário que tenham verbas para investir um pouco e se readequar para esse mercado.

Finalizou com votos para que todos os artistas de Brasília tenham uma nova vida e que tudo possa ser melhor.

O Secretário Carlos Alberto respondeu ao Thiago informando que a ideia da Secretaria é dar uma pontuação extra aqueles que não foram contemplados.

Entrando nas questões apontadas pela Conselheira Fernanda, respondeu que aquele é apenas um rol, enumerando o documento encaminhado e que haverá uma pontuação extra para quem não foi contemplado em 2020, mas que a ideia é contemplar todo mundo.

Respondeu a Sra. Josiane dizendo que a Secretaria entende a necessidade dos coletivos, grupos e espaços, como apontou anteriormente, e por esse motivo colocaram na proposta a possibilidade de contemplar as pessoas jurídicas. Entrando na questão do valor, comentou que a entende que R\$ 4 mil, com descontos, não será suficiente para que espaços e coletivos saldem suas dívidas.

Apontou que quando fala da capacidade de recursos humanos da Secretaria se refere até onde a Secretaria pode ir, que a SECEC não está se eximindo de executar a segunda fase da Aldir Blanc. A Secretaria vai executar, salientou. Ponderou que o que não pode é prometer uma meta que não conseguirá cumprir.

Reforçou que a ideia da Secretaria é otimizar a execução desse recurso, chegando a um meio termo com a sociedade civil, mas que não pode se comprometer a gerar uma quantidade de processos, entrando na fala da Conselheira Fernanda sobre automatização de processos, que já tem desenhados vários passos para acelerar e que têm, por exemplo, o critério de análise das inscrições para que tenham mais agilidade na primeira análise, mas que a instrução processual, que está mais para o meio e o fim do processo, que afunila. Informou que para cada contemplado é gerado um processo que é enviado para a SUAG e que lá desemboca em outro processo, que é o processo de pagamento.

Comentou que agora que a Secretaria está toda junta é possível perceber que a SUAG não tem gente suficiente para um volume tão grande de processos de pagamento, tendo em vista que a Secretaria tem tantos outros processos de entrega. Exemplificou dizendo que no FAC Multicultural, que Subsecretário João Moro está executando agora, é preciso ver o esforço da Secretaria em planejar o passo a passo para que consigam empenhar e pagar todo mundo esse ano, que é um volume enorme e que esse é um trabalho sobre-humano. Reforçou que sua fala não é porque deseja aplausos, pois isso é obrigação da Secretaria, mas que também não pode esticar a corda para além de onde ela pode ir; que quando fala da capacidade de execução de quinhentos beneficiários está falando de sua capacidade de entrega e que não está se eximindo de executar a Lei Aldir Blanc, está dizendo que a Secretaria tem limitações, como todos sabem, e que não pode prometer e ir além de onde podem ir.

A Conselheira Neide Nobre agradeceu a explicação do Secretário sobre a questão da diferença de valor e fez uma alerta com relação a editalização. Apontou que quando fizeram o Edital Gran Circular, que colocaram as linhas de um a seis e que se contou com a ação desses proponentes, as linhas um e dois foram para pessoas físicas e que das linhas três a seis envolviam, hipoteticamente, outras pessoas. Salientou que disse hipoteticamente por que tem conhecimento, que isso não era regramento, que algumas pessoas (proponentes de festivais, iniciativas populares, cultura da cidade, coletivos etc.) receberam um montante em cima de projetos, mas que os recursos não foram repassados para as pessoas envolvidas no projeto e que os recursos ficaram para “a pessoa física” e que isso lhe causa preocupação, pois a Lei Aldir Blanc veio com alguns regramentos, mas que não deve ser engessada para o acesso.

Ressaltou que quando se pede para tentar alcançar pessoas do Inciso II que não foram alcançadas, falou que têm grupos de prestação de contas do Inciso II, lembrou que a LAB foi estabelecida para que o recurso fosse descentralizado a partir de três incisos, Inciso I para pessoas físicas, Inciso II para espaços e coletivos e Inciso III para editalização; que sabe, tem experiência e depoimentos que no Inciso II muitos ainda estão no processo, pois não conseguiram concluir as contrapartidas, que o recurso foi de R\$ 20 mil, e, que para muitos, esse recurso que era para ser uma luz, um auxílio, se tornou uma agente complicador de suas vidas.

Apontou que sua fala é para que façam uma reflexão, pois é importante entender quais serão os critérios, pois são eles que ajudarão, inclusive o gestor, se tiverem uma grande procura desse recurso e para que possam entender até onde podem alcançar.

Reiterou que para muitos o recurso da Lei Aldir Blanc será o único recurso recebido nesses dois anos, pois muitos agora que estão começando a entender os processos do FAC e do CEAC, pois a LAB conseguiu atrair esse público para que seja também público para recursos de fomento. Mais uma vez afirmou que o recurso da Lei Aldir Blanc é um recurso emergencial, que não é um recurso de fomento.

Apontou que muito lhe assusta, que talvez seja não entendimento do processo vivido por esses beneficiários, querer que as pessoas, intencionalmente, com um recurso que é para sanar dívidas que se acumularam e que todos sabem que um projeto precisa de recursos para se realizar. Então, reafirmou, lhe causa estranheza pensar na Lei Aldir Blanc para fomento, visto que o que se tem como comunidade cultural unida é o acesso ao recurso que entrará para o FAC e que desse recurso seja feito um edital para manutenção de espaços e aí sim sanar o problema desses espaços, que entende que muitos fecharam, mas que as pessoas precisam comer.

A Presidente Elizabeth agradeceu a Conselheira e pediu a todos que respeitem o tempo de três minutos para todos possam se manifestar e passou à palavra a próxima inscrita.

A Sra. Márcia Gomes cumprimentou a todos e parabenizou a Secretaria pela vitória de hoje, que é uma vitória também do movimento cultural e dos artistas. Se manifestou no sentido de reforçar todas as falas da Conselheira Neide; falou que a Conselheira tem um grande conhecimento e compreende a categoria como um todo. Discordou da proposta de contrapartida e de pessoas jurídicas serem contempladas, como apontou a Sra. Josiane. Comentou que a questão da contrapartida foi muito complexa para todos na hora de executar e que algumas pessoas que foram contempladas acabaram por devolver o recurso, o que não faz sentido uma vez que esse recurso é para ser entendido pelo agente cultural como um benefício para que possa respirar e continuar atuando em sua área, e não para virar um monstro.

Concordou com a Conselheira Neide com a diferenciação do que fomento e o que é um recurso emergencial. Apontou que como produtora e gestora cultural sabe que muitas pessoas físicas envolvidas com espaços ganharam prêmios como pessoas jurídicas e por isso defende que pessoas físicas sejam beneficiadas com esse recurso, pois em um espaço, várias pessoas que atuam nos bastidores podem ganhar a premiação individualmente e assim se evita histórias de que espaços e coletivos que foram contemplados e não distribuíram o prêmio. Assim, apontou, considera mais justo de cada beneficiário se inscreva e concorra pelo seu próprio mérito para receber o recurso.

Considerou lamentável essa questão da Secretaria só poder administrar quinhentos processos, pois o recurso poderia ser mais bem distribuído com mais pessoas sendo contempladas e propôs que a comunidade faça um voluntariado dentro da categoria para que esse recurso possa chegar a um número maior de beneficiários, dentro da ideia da Conselheira Neide de um valor de R\$ 3 mil, pois acredita que muda muito, transforma a expectativa de um artista se ele for contemplado com esse valor.

A Presidente Elizabeth comentou que acredita que a Sra. Márcia Gomes, assim como os demais, tenha lido o documento elaborado pela SECEC no qual apresentou três propostas: uma só para pessoas físicas e outra duas mistas, para pessoas físicas e jurídicas, com alteração de proporções de valores e apontou que as opiniões trazidas hoje são muito importantes. Passou a palavra ao próximo inscrito.

O Sr. Sartory comentou que todas as vezes que abordam a questão dos critérios de em projetos culturais existem pontos sensíveis, seguimentos da sociedade que são mais vulneráveis e vêm há décadas lutando por seus direitos e seus espaços. Apontou que isso é legítimo, que é super a favor e que de certa forma milita em alguns desses segmentos. Observou que em outros pontos, porém, baseado em sua trajetória e na de alguns pessoas que auxiliou no edital da LAB, apesar de serem profissionais técnicos (iluminadores, cenotécnicos, figurinistas, produtores etc.) não tinham nenhum trabalho de militância, não estavam necessariamente ligados a trabalhos ligados a comunidade negra, a comunidade LGTBQIA+, não tinham em seus portfólios algum trabalho que abordava essa temática ou alguns trabalho com alguma menção a algum trabalho conectado com a comunidade indígena, que são temas que estão na sociedade. Questionou como ficam essas pessoas quando elas vão participar de um edital, se elas tem determinado tempo de carreira, são profissionais legítimos da cultura, concorrendo a uma lei emergencial para o segmento cultural, mas elas vão enfrentar um edital que desde o preenchimento contempla pessoas que participam de alguns segmentos à qual não tiveram em suas trajetórias, mas são artistas e conseguem comprovar isso, algumas com décadas de trabalhos culturais. Indagou se essas pessoas ficarão em desvantagem?

Apontou que isso foi uma coisa que aconteceu na prática e que essas pessoas ficaram super angustiadas. Afirmou que não foi um desses, que foi contemplado e que inclusive tem passagem por alguns desses segmentos, mas que outros profissionais não têm, todavia participam da cultura. Então, apontou, esse critério de seleção em uma lei emergencial que é para todos da cultura e se se começa a estabelecer determinadas regras, é claro que regras devem existir, mas que é preciso pensar nessas pessoas que ficam de fora e que se angustiam por saber que têm direito ao auxílio emergencial, que também estão passando por dificuldades, mas que vão ficar em desvantagem nos critérios de pontuação.

Considerou que sua fala não é uma crítica, mas um chamado à reflexão, um depoimento de um produtor que está pensando nessas pessoas que mais uma vez ficarão de fora com esse critério de pontuação.

A Sra. Josiane reforçou que, sobre a questão da pulverização do recurso, que a Secretaria não tem corpo para isso, acha que os projetos que por algum motivo não foram aprovados no primeiro edital precisam ser levados em consideração, que é preciso fazer essa reparação. Lembrou que as empresas pagam os seus impostos, independente de qualquer coisa, que é preciso ter empresas, pois são elas que de alguma forma mantêm essa cadeia econômica da cultura; disse que é importante se falar em economia da cultura, pois quando falam de Lei Aldir Blanc é uma luta a partir dos trabalhadores da cultura.

Observou que na presente reunião contamos com a presença de cinquenta pessoas on-line, que estamos falando de mil pessoas, mas apenas cinquenta estão presentes e são importantes nesse tripé econômico-financeiro-cultural, na retroalimentação do sistema. Reiterou que é super favorável que os projetos tenham contrapartidas, pois elas empregam pessoas, não apenas do ponto de vista financeiros, pois quando falamos de cultura estamos também falando de um universo estético, espiritual, de um universo que trata, sobre tudo em um momento de pandemia que precisamos contribuir, que esse edital possa, a exemplo do Brasil, citar vários estados, corrigir um erro do primeiro edital que teve uma contrapartida e que quando realizam contrapartidas contratam pessoas para sua execução, mas que possam ter recursos, realizar projetos e devolver a sociedade por meio das contrapartidas.

Reiterando mais uma vez a necessidade da Secretaria reparar o erro do primeiro edital e contemplar aqueles que não foram contemplados e a exigência de contrapartida aos projetos beneficiados.

Finalizou dizendo que não é uma questão de ser prêmio ou fomento, que tudo é fomento, que é uma modalidade, pois tudo é dinheiro público e que a comunidade cultural precisa ajudar para que essa turbulência, nesse momento tão difícil para a sociedade e que a cultura tem esse papel.

O Sr. Sílvio Rangel saudou a todos, em nome do Mestre Cobra. Comentou que tem um sentimento estranho com relação à fala de que a Secretaria não tem servidores, que a comunidade não pode ser punida e isso não pode ser desculpa para poder dizer que a Secretaria não tem pernas para executar o recurso, pois, para ele, soa como desculpa dizer que a SECEC não tem tempo ou não nem pessoas e acabar fazendo o que der e quando puder. Falou que a comunidade cultural deve ficar atenta com relação a isso.

Lembrou que no próximo dia vinte e oito fará um ano do Seminário da Lei Aldir Blanc que colheu propostas da comunidade cultural, da sociedade civil, para a execução da LAB. Porém, apontou, o Seminário, que foi lindo, contou com a participação da Secretaria e de muitas pessoas, levantou mais de quarenta propostas, no entanto, não foram atendidos. Comentou que a Secretaria fez acordos com o comitê consultivo que também não foram cumpridas. Falou que a comunidade fez propostas para o FAC Multicultural, mas não foram atendidos. Apontou que sua presença é também para lembrar isso, pois estão sempre nessa empreitada de estarem sugerindo como é a melhor forma do poder público aplicar o recurso público, mas que têm visto que as sugestões não estão sendo acatadas, o que é um disparate, e que não sabe se isso é uma perda de tempo, mas entende que a comunidade cultural está fazendo sua parte que é mostrar ao poder público que participam da política pública.

Apontou que até hoje a Secretaria não falou a que veio com relação à economia criativa do Distrito Federal, embora tenha mudado seu nome para Secretaria de Cultura e Economia Criativa, que a comunidade observa como essa gestão tem se comportando diante da política pública cultural. Falou que a Secretaria está misturando a Lei Aldir Blanc e o FAC em um mesmo bolo para dizer que não tem pernas para executar tudo isso.

Falou que a Conferência no ano passado foi algo muito valioso para a comunidade cultural que pode de fato apontar o que a sociedade civil tinha de interesse para a LAB, o que foi muito bom e puderam ajudar muitas pessoas a conseguirem o recurso. Reforçou que na ocasião a sociedade civil apresentou muitas propostas, propostas muito boas, mas que todas elas foram ignoradas pela Secretaria, inclusive, essa proposta de pagar R\$ 50 mil para uma única pessoa, dizendo que festival empregava muitas pessoas, que foi uma defesa de muitos da sociedade civil, mas que em termos de economia criativa considera esse um processo muito difícil e que esse valor poderia ter ajudado muitas outras pessoas.

Ressaltou que agora temos outro processo em que erros podem se repetir como aconteceu no passado. Nesse sentido, sugeriu que a Secretaria não pague prêmios, pois nessa modalidade, boa parte do recurso dado pelo estado é tomado de volta por meio dos impostos, que a Secretaria pague bolsas, uma vez que prêmios não contemplarão a comunidade cultural, visto que o IPCA está um absurdo, a inflação está presente, que R\$ 4 mil ainda tiver desconto diminuirá ainda mais esse valor que poderia estar ajudando essas pessoas. Por isso, entende que a bolsa seja muito interessante nesse momento e é a favor de contrapartidas, pois é o trabalho que realizam e que possam não apenas receber, mas que possam devolver para a sociedade civil toda a cadeia produtiva que podem ter. Assim, sugeriu o pagamento de bolsas no valor de R\$ 5 mil, com contrapartida, que seria a prestação de conta pelo recebimento dessas bolsas.

Apontou que não entende que a contrapartida irá gerar custos, pois isso é o que fazem e fazem bem, além de ser prerrogativa da comunidade artística-cultural, que vale muito a pena e que a sociedade civil está precisando de cultura, pois ainda vivemos um processo de pandemia e a sociedade civil deixou de ter acesso à cultura.

Ressaltou que erros foram cometidos no passado e que espera que eles possam ao menos ser amenizados. Apontou que um canal de comunicação é importantíssimo e imprescindível, pois a Secretaria falhou muito com relação a esse quesito e diversas vezes a comunidade veio até o CCDF para reclamar dessa situação, que a Secretaria não ouvia a comunidade cultural, que não os atendia. Falou que acredita que não é difícil ter um canal de comunicação onde as pessoas possam ligar em horário de expediente, tirar suas dúvidas e conseguir informações pertinentes a seus processos.

Para além do canal de comunicação, solicitou que a Secretaria divulgue um cronograma de execução para que a comunidade possa, minimamente, saber quais serão os prazos que terão para executar a LAB. Falou que no ano passado esse cronograma não existiu e que isso dificultou ainda mais a comunicação com a Secretaria. Ressaltou que um cronograma serve para que tenha um acompanhamento da execução da LAB, coisa que não tiveram num passado recente. Concluiu solicitando que a Secretaria tenha uma atenção especial com a questão da comunicação, que tenha um cronograma e se esse cronograma precisar ser alterado, se os prazos precisarem ser estendidos, que a sociedade civil fique de fato sabendo o que está acontecendo e acompanhar a execução da LAB.

O Secretário Carlos Alberto comentou com o Sr. Sílvio Rangel que pedirá que a equipe da Ascom lhe encaminhe o relatório de comunicação da Aldir Blanc, elaborado pela Secretaria de Cultura. Lembrou que no ano passado a Secretaria, após a Conferência, teve uma reunião com o comitê e acolheu praticamente tudo o que foi proposto. Falou que acredita que o Sr. Sílvio não se lembre da questão da aprovação da lei na CLDF que atrasou, não por culpa dos parlamentares, mas por uma questão processual que demorou muito e consumiu o tempo que a Secretaria teria para executar o edital e que até aquele momento o prazo da Secretaria era até o dia 28 de dezembro de 2020 para executar, empenhar e pagar. Posteriormente foi prorrogado para 31 de dezembro, contou, mas quando o projeto foi aprovado na CLDF a Secretaria já não tinha tempo legal para executar o edital e, por isso, a Secretaria optou por fazer um edital de premiação.

Ressaltou que a Secretaria não descumpriu nenhum acordo estabelecido, que o que aconteceu foi um estrangulamento do tempo e que isso é algo que precisa ser dito. Apontou que quando comentou em clima de festa o envio do PL à Câmara Distrital quanto ao saldo remanescente do FAC e que falou isso em clima de comemoração, pois essa é uma conquista de todos; e que a equipe da SUFIC, que não tem nada a ver com a execução da LAB, está diuturnamente, de domingo a domingo, num trabalho sobre-humano e, como reforçou anteriormente, não falou isso para receber aplausos ou menções honrosas, está completamente comprometida, que a equipe que vai tocar a Aldir Blanc é outra, mas a SUAG é única.

Com relação ao grande número de entregas que falou que a Secretaria tem a fazer, destacou que tem muito orgulho em dizer que fazer parte dessa equipe orquestrada pelo Secretário Bartô, que no campo do patrimônio estão fazendo o inimaginável para ter os equipamentos. Contou que no dia 19 de agosto a Secretaria fez um belíssimo evento de reabertura da Concha Acústica, que o Museu de Arte de Brasília está bombando, que o Complexo de Cultura de Samambaia e a Casa do Cantador estão em obras, o antigo Polo de Cinema de Sobradinho também está em obras. Quanto à diversidade e difusão cultural, lembrou que a Secretaria está fazendo políticas para as minorias, para beneficiários que nunca tiveram ou tiveram pouco acesso a recursos e/ou políticas públicas de cultura; a Secretaria está trabalhando incansavelmente para chegar até essas pessoas, a Secretaria concedeu premiações para mulheres negras, LGBTQIA+ e terá outras até o final do ano.

Apontou que isso pode parecer pouco, mas que são poucos servidores e que se ele fizer um tour pela Secretaria verá o que está dizendo.

Falou, como um desabafo, que uma coisa é discordar ou sugerir, mas que precisa dar crédito a sua equipe que é composta de guerreiros que estão deixando de viver suas vidas pessoais e sociais para estarem cento por cento mergulhados na cultura, que não pode deixar de dar esse mérito a eles que, do menor ao maior cargo, do servidor de nível médio ao de nível superior, todos estão comprometidos para entregar o melhor. Reiterou que quando fala da capacidade de execução da Aldir Blanc não está se eximindo de executar a LAB não está dando desculpas, está sendo realista.

O Sr. Rubens Aguilar comentou que o Sartory falou algo importantíssimo, sobre a questão da comprovação. Falou que os artesãos tem uma enorme dificuldade de registro de sua passagem cultural, que existem mestres que têm mais de quarenta anos de artesanato, que já deram aulas e participaram de exposições, mas não tem registro. Comentou que para fazer seu primeiro CEAC foi muito difícil, pois a comunidade artesã não tem o hábito de registrar suas atividades culturais e, por isso, solicitou um olhar especial da Secretaria de Cultura para esses casos; o que é possível fazer para que essas pessoas consigam ser contempladas, pois são mais de dez mil artesãos e apenas cinco associações e sete pessoas ligadas ao artesanato foram contemplados. Informou que existe um cadastro de artesãos, mas que acredita que a Secretaria não conseguiu ter acesso a ele.

Falou que agora estão incentivando os artesãos a fazerem seus registros, com fotos e vídeos, pois muitos tiveram problemas ao serem diligenciados para comprovarem atuação nos anos de 2018 e 2019, por exemplo, e não tinham esses registros e ficaram muito tristes por perderem essa oportunidade. Apontou que muitos artesãos não se enxergavam como fazedores de cultura, como parte da Secretaria de Cultura e de seus possíveis benefícios. Assim, solicitou que, se possível, a Secretaria estude a questão dos artesãos e sua dificuldade de comprovação de atividade.

O Sr. Fábio Pedroza comentou que a Lei Aldir Blanc é sim emergencial, mas que é preciso entender o que é emergencial, pois ela foi estruturada em três incisos, exatamente, por entender a cadeia produtiva e a complexidade do fazer cultural e fez essa divisão exatamente para abarcar todos, que no Inciso I, que é o auxílio emergencial, onde a pessoa comprova que trabalhou ativamente na cultura e recebe; no Inciso II, para manutenção do espaço, para empresas, pensado para seguras às coisas, para ajudar a dar continuidade no trabalho; e o Inciso III, editalização, realizar ações culturais, consegue atingir pessoas que não conseguem se encaixar outros segmentos, pois envolve, como já dito, as cadeias de economia criativa, que não envolvem necessariamente apenas artistas e produtores, que o fazer cultural é como se alcança a sociedade.

Comentou que contrapartida é ruim para esse caso, pois o ideal seria a contratação de objeto para aquilo que já fazem, pois todos falam que são produtores e artistas, mas, apontou, todos continuam a fazer seus fazeres culturais mesmo sem dinheiro, de graça, na dificuldade, mas continuam fazendo e que não podem ser penalizados a fazer algo a mais, pois não podem ser penalizados para fazer o que já fazem e, inclusive, deixariam de pagar os impostos e cada um receberia a seu modo, seja por CPF, CNPJ ou MEI.

Opinou que é necessário esquecer a palavra contrapartida, pois a credita que fomento é sim sobrevivência, para que a comunidade cultural continue a fazer sua arte independente do governo, mesmo dentro das dificuldades de uma pandemia e, por esse motivo, o que deseja é ser contratado. Exemplificou que a Secretaria os pode contratar para fazer uma Live sobre como fazer CEAC ou para fazer

um show. Ressaltou que a questão não é para onde estão indo ou quem são as pessoas que serão selecionadas, mas sim como estão chegando nelas.

Salientou a importância de analisar como foi o edital, que foi completamente diferente do que foi proposto na Conferência. Comentou que na Conferência estava lutando a favor dos editais, mas que de nenhuma forma é favorável a premiação a eventos, pois não gera retorno para a sociedade, mas se fosse um edital para realização desses eventos com certeza a verba seria redistribuída e, se não acreditam que os eventos fariam essa redistribuição, criam-se normas de forma a distribuir essa renda através das ações culturais.

Reforçou que com um edital de premiação perderam entre quatro e cinco milhões em impostos que poderiam ter voltado para a comunidade e não voltaram, voltaram para os cofres públicos.

Comentou que sobraram vagas para as áreas técnicas, pois não se criam mecanismos efetivos para alcançar essas pessoas, pois assim eliminará cinquenta por cento das vagas. Apontou que a única linha que não teve efetivamente verba suficiente, com relação ao número de vagas e que foi muito complicada foi o Inciso II, que tinha uma meta de seiscentos aprovados, como colocado pela própria Secretaria, e foram aprovados pouco mais de trezentos e que isso foi um absurdo, pois os critérios não foram bem colocados e pessoas foram eliminadas e só souberam os motivos após o prazo de 31 de dezembro. Reforçou que o Inciso II foi extremamente complicado e que se focarem no critério amplo e pensar nas especificidades de cada critério, correrão o risco dessas vagas não serem preenchidas novamente. Falou que não foram preenchidas no Inciso I e no de técnicos, que eram as linhas mais afetadas e não conseguiram fazer com que essa verba fosse aproveitada e ela acabou diluída nos outros critérios.

Assim, sugeriu que não seja edital de premiação, que sejam contratados para fazerem o que já fazem e que a Secretaria faça, por exemplo, uma lista muita específica, com muitas coisas, desde a produção de textos, quadrinhos, grafite etc., com algum retorno, da maneira mais simples para que os beneficiários possam executar da maneira mais simples, pois prêmio não é uma das melhores opções, em sua opinião, pois com prêmios irão premiar quem tem trajetória ou quem está começando? Pois se fazem misturado vira a maior bagunça como ocorreu no edital anterior da premiação, que era para pessoas antigas, mas virou emergencial por estar no meio da pandemia. Comentou que várias pessoas deixaram de concorrer porque entenderam que era uma edital emergencial e acabou não sendo emergencial.

Finalizou dizendo que focar apenas na categoria, sem analisar como foi feito pode fazer com que essas vagas, novamente, não sejam preenchidas.

A Presidente do Conselho aproveitou a fala do Sr. Fábio Pedroza para lembrar aos presentes que o CCDF está com formulário aberto para avaliação da aplicação da primeira fase da LAB com link de acesso na página do CCDF e pediu que os participantes preencham o formulário e que deem duas opiniões sobre os pontos fortes e fracos, que são indicadores importantes para a comunidade e para a Secretaria.

A Sra. Josiane concordou com a fala do Sr. Fábio, no sentido de “objetificar” os projetos e insistiu na necessidade de reparar os erros do primeiro edital da Lei Aldir Blanc. Falou da importância de uma devolução à sociedade, não se seja uma vertente única, mas que possam ter várias categorias e alíneas, mas que aquele que propor o projeto possa realizá-lo e impactar na sociedade. Apontou que sua fala não se trata de invencionice, que outros estados já fizeram e que, infelizmente, Brasília não conseguiu implantar, que é possível reparar não apenas com relação aos não contemplados, mas também os erros do edital.

A Conselheira Rita pediu desculpas por seu atraso e comentou que estranha a palavra projeto quando se tem tão pouco recurso e quando a Lei Aldir Blanc tem um caráter específico, que é auxílio emergencial e que acredita que o que a comunidade cultural devolve é viverem minimamente, pagarem suas contas de água, luz, internet, pagarem minimamente alguma coisa nos espaços que estão fechando, pagar suas existências. Falou que considera a fala sobre devolução para a sociedade uma loucura, pois a devolução é a sua vida, sua existência.

Reforçou que a LAB não é de forma alguma uma lei de fomento e que acha muito estranho quando a comunidade cultural ainda faz esse tipo de proposta. Disse que acredita estar havendo um equívoco, pois a Lei Aldir Blanc tem um caráter assistencialista, de sobrevivência de artistas, produtores e de espaços culturais. Questionou como fazer isso com agilidade e simplicidade? Que é isso que precisa ser debatido,

pois acredita que a proposta de prêmios, tirando todo tipo de contrapartida, pois contrapartida gera gastos, é custo e trabalho para os artistas.

Apontou que não é possível comparar a execução da LAB e seu volume de execução dentro do Distrito Federal com outros estados e municípios, pois é preciso levar em consideração que o DF é estado e é município e que muitos não conseguiram executar o mesmo montante que a Secretaria de Cultura e Economia Criativa executou, com toda a dificuldade que teve. Lembrou que resta um montante muito pequeno a ser executado, enquanto que alguns estados têm montantes enormes, por isso, não cabe comparação. Salientou que o importante no momento é executar o montante que falta com agilidade sem cobrar do artista e do produtor que ele tenha que devolver alguma coisa, que tenha que incrementar a rede da cultura, pois não foi para isso que a Lei Aldir Blanc foi pensada e criada.

Reiterou que nesse momento a LAB precisa ser subsídio para existência do artista, do produtor, para que possam minimamente pagar alguma conta para que possam se inscrever nos editais que a Secretaria vai apresentar. Apontou que é preciso fazer com que o artista pague sua internet para que consiga continuar ativo e produzindo através desse canal, levando-se em conta que a comunidade cultural ainda tem que aglomerar, pois isso é inerente ao trabalho artístico-cultural.

Reformou que o debate deve ser sobre a forma mais simples e mais ágil desse recurso chegar à comunidade. Nesse sentido, se dirigiu especialmente ao Secretário Carlos Alberto e falou que sua proposta é no sentido de olhar para aqueles que não receberam, mas sempre levando em consideração que existem entidades que têm produtores e artistas que o único recurso que receberam nesses últimos tempos foi o recurso da LAB. Ressaltou que qualquer tipo de retorno, de contrapartida ou retorno aos cofres públicos se faz com o FAC e não com a Lei Aldir Blanc.

O Conselheiro João Moro iniciou sua fala fazendo duas ponderações a respeito do que foi dito pelo Sr. Fábio Pedroza. Sobre os impostos, comentou que, infelizmente, isso faz parte da sociedade. Sobre os eventos e festivais no primeiro edital, concordou que, talvez, não tenha sido a melhor das opções, mas considerando que os recursos conseguiram chegar à Secretaria por volta do dia 16 ou 17 de novembro, que o edital estava na rua até o dia 25 de novembro e, considerando, ainda, que ele tinha que ser liquidado até o dia 31 de dezembro e que a Secretaria tinha um prazo legal para editalizar, para ter recurso para deixar aberto e, praticamente, não tinha prazo se não fosse algo que não precisasse analisar nenhum tipo de projetos e contrapartidas. Assim, apontou, a Secretaria fez uma escolha para executar o máximo que dava, a opção foi feita por ser o máximo que era possível.

Falou que a linha I conseguiu ser remanejada e suplementada com os recursos que não tinham sido utilizados no Inciso I, que quase todos os inscritos e tiveram nota conseguiram contemplados; a linha cinco da cultura popular tinha cem vagas e faltou pouco para as cem; a linha quatro foi quase inteiramente paga; a linha cinco teve oitenta contemplados a mais; na linha dois todos foram contemplados, pois faltaram inscrições para as quinhentas vagas ofertadas.

Apontou que ao contrário do que foi dito, a Secretaria fez uma busca ativa no tempo que tinha; que foram atrás do pessoal do backstage, fizeram duas reuniões, fizeram tudo o que dava para ser feito em tempos de pandemia e tiveram duzentos e oitenta e nove inscritos na linha dois e todos que podiam ser pagos foram pagos.

O Secretário Carlos Alberto ressaltou que a Secretaria cumpriu um acordo com o pessoal do backstage que os informou que existiam quinhentos beneficiários e, por essa razão, foram disponibilizadas quinhentas vagas.

O Conselheiro João apontou que, falando do Inciso III, a Secretaria fez mais do que dava para fazer no tempo que tinha e comentou que ficou muito feliz por terem conseguido executar não os R\$20 milhões que estavam no edital Gran Circular, mas por terem conseguido executar R\$ 25 milhões, que foi feito graças à possibilidade de liquidação e empenho após o dia 31 de dezembro.

Comentou que o Edital FAC Premiação foi antes de qualquer possibilidade de Lei Aldir Blanc e foi um edital emergencial, pois foi a melhor forma que a Secretaria encontrou, e mais rápida, de chegar a comunidade cultural e que, à época, forma quinhentos premiados com R\$ 4 mil, e que muitas pessoas, de fato, disseram que não haviam se inscrito por sentirem que existiam pessoas com maiores necessidades, mas se inscreveram no Edital da LAB, que tinha o mesmo recurso, e, apontou, até por isso,

existia a vedação àqueles que tinham sido premiados no FAC Premiação de se inscreverem na linha I do Inciso III da Aldir Blanc.

Finalizou dizendo à Conselheira Rita que concordou com um monte de coisas ditas por ela.

A Conselheira Rita apontou que tem algo que a incomoda quando é falado na falta de tempo para execução da Lei Aldir Blanc, pois considera muito absurdo o que a Secretaria de Economia fez com o setor cultural, que segurou o recurso de setembro a outubro e mandou o Projeto de Lei para a CLDF em cima da hora. Apontou que a inserção do recurso no orçamento do DF foi absurda e lembrou que a comunidade cultural, que sempre esteve pronta para debater e auxiliar, que a comunidade organizou a conferência e participou do comitê consultivo, debateram e contribuíram, mas que todas as vezes que falam que não houve tempo, houve tempo sim, mas que a Secretaria de Economia fez uma manobra para que o tempo de execução ficasse espremido, para a última hora.

Outro ponto que considera ruim e que depõem contra a execução, ressaltou, foi à questão da comunicação que gerou um grande desconforto na relação da Secretaria com a comunidade, o que foi muito ruim. Assim, reforçou a fala da Presidente com relação ao formulário de avaliação da LAB e ressaltou a importância de tal levantamento, pois a ela parece que a Secretaria enaltece a execução da LAB, mas que é fundamental que reconheça as falhas que ocorreram para que as melhore. Comentou que o “não natal” da Secretaria, com os servidores trabalhando direto, se deu em função da Secretaria de Economia do Distrito Federal ter segurado o processo e que se tiverem que cobrar de alguém que cobre a Secretaria de Economia, pois a comunidade sempre esteve pronta a contribuir.

Finalizou ressaltando que o recurso precisa chegar se forma simples e célere a comunidade cultural para que as pessoas de fato tenham acesso.

O Sr. Fábio Pedroza concordou com a fala da Conselheira Rita e comentou com o Conselheiro João e com o Secretário Carlos que sua colocação não foi pessoal, mas que a Secretaria de Economia e a Secretaria de Cultura são ambas do GDF e é nesse aspecto que falam da questão do prazo.

Apontou que em questão de números o edital da LAB foi extremamente eficiente, mas que acredita que quando criam critérios simplificados amplos, sem entender como funcionarão essas questões, cria-se de antemão um problema. Comentou que conversou com pessoas do backstage e falaram o quão ruim era ter quinhentas vagas para eles que não foram preenchidas e discutiram sobre o que poderia ter acontecido e constataram que muitos já tinham recebido auxílio e, por isso, não puderam receber. Acrescentou que não basta criar um critério, que é preciso analisar as nuances; falou que criar critérios amplos sem entender a maneira de chegar efetivamente até as pessoas não resolverá o problema, pois se querem atingir determinado público é preciso analisar qual a melhor forma de chegar até ele, analisando como pegar critérios simples de cada categoria para que possam alcançar até quem se pretende chegar.

A Presidente definiu o tempo de um minuto aos reinscritos e encerrou as inscrições.

O Sr. Sílvio Rangel, respondendo a fala do Secretário, comentou que as propostas da comunidade cultural não foram aceitas, que a proposta que foi de fato executada foi a da Secretaria, que a proposta que fez era de bolsa, no valor mínimo de R\$ 5 mil e, inclusive, diminuindo os valores dos festivais, mas que as contribuições da comunidade não foram executadas, inclusive porque a Secretaria resolveu criar critérios. Opinou que critérios de mérito cultural não avaliam ninguém que só serve para excluir as pessoas e para definir quem vai e quem não vai receber. Assim, reforçou que é contra critérios, pois se forem colocar critérios para bolsas muitos ficarão de fora, que, em termos econômicos, tendo em conta os valores altíssimos do IPCA, prêmio só contempla o estado e que avaliações de mérito não servem para nada nesse momento, pois só servem para excluir pessoas.

A Sra. Josiane mais uma vez ressaltou a importância de pensar nos projetos que não foram contemplados e reparar o erro do primeiro edital, pois o trabalho que foi feito não pode ser desprezado. Apontou que do ponto de vista dos projetos acha importante a contrapartida, que em sua opinião é algo moral e ético, que acredita ser importante objetificar os projetos e lembrou que muitos não foram contemplados e que nesse novo edital isso precisa ser reparado.

O Secretário Carlos Alberto agradeceu o convite e informou que a equipe técnica vai analisar as propostas, dentro das possibilidades plausíveis e jurídicas, para que a Secretaria possa atender e chegar

ao melhor formato. Apontou que gostou muito da fala da Conselheira Rita e comentou que o esforço de cada um e, como citado por ela, que os servidores fizeram a ceia de natal em cima de seus computadores, que isso foi porque sabiam da necessidade de cada pessoa do setor cultural que passava por uma situação difícil, que isso foi o combustível de todos da Secretaria para que pudessem chegar aos noventa e nove por cento de execução. Ressaltou que claro que as coisas não foram todas como todos queriam, no tempo e no planejamento desejado, mas que foi de coração e que fizeram o máximo na primeira fase de execução da LAB. Ressaltou que nessa segunda fase não será diferente, a Secretaria vai analisar as propostas e na primeira quinzena de setembro o edital será lançado.

A Conselheira Rita comentou que a Conselheira Fernanda fez uma proposta e que a proposta é excelente. Concordou com uma fala do Sr. Sílvio Rangel que falou que muito foi proposto e pouco foi ouvido. Solicitou a Presidente que seja apresentada o quanto antes os resultados do formulário de avaliação da LAB, que seja estabelecido um prazo de retirada, pois ela já pode gerar dados que sinalizem o que a comunidade acredita que pode ser melhorado para essa segunda etapa da Aldir Blanc, além de oferecer subsídios para que a Secretaria possa corrigir erros e que etapas possam ser minimizadas, para um processo mais ágil, para que contemple um maior número de pessoas.

Reiterou a importância de um formato que não gere contrapartidas, pois o recurso é muito pequeno, contrapartida gera custos e trabalho, o número de pessoas necessitadas é cada dia maior e a pandemia não passou; os governos, tanto Federal quanto Distrital, trabalham cada vez mais para que todos voltem às ruas e por isso é necessário que todos tomem todo o cuidado.

Reforçou que o recurso da Lei Aldir Blanc não é um recurso de fomento, mas sim um recurso para auxiliar emergencialmente e não pode de forma alguma perder essa característica.

Apelou ao Secretário Executivo para que até o final da execução da LAB esse diálogo seja mantido e que não cometam novamente o erro da Secretaria se fechar, não ouvir a comunidade e não dar satisfações das etapas da execução. Saliu que a Secretaria faz uma ponte entre o recurso e a comunidade cultural, que é o verdadeiro dono desse recurso, esteja participando o máximo possível desse processo. Saliu que essa comunicação muda o caráter da relação da Secretaria de Cultura, Estado-Governo, com a comunidade cultural.

Comentou mais uma vez a proposta da Conselheira Fernanda, apontou que é uma excelente proposta de que seja debatido e que o pleno do CCDF defina os critérios para a execução da LAB, que sejam critérios simplificados e que possam abranger o maior número de pessoas.

A Conselheira Aline também se manifestou a favor da proposta da Conselheira Fernanda com relação aos critérios e concordou com a Conselheira Rita sobre a discussão desses critérios pelo Pleno.

A Presidente do Conselho comentou que também achou a proposta da Conselheira Fernanda Interessante, mas que acredita que todas as sugestões devem ser encaminhadas, pois a reunião de hoje foi marcada exatamente para colher essas propostas da comunidade cultural e que o CCDF não pode selecionar e mandar algumas propostas, que o Conselho deve encaminhar todas as sugestões recebidas.

A Conselheira Fernanda concordou com o acolhimento de todas as propostas e sugeriu que não tenhamos apenas a ata, mas que todas as propostas que forem transcritas da ata virem um documento que seja encaminhado oficialmente à Secretaria.

A Presidente Elizabeth comentou que o Conselho encaminhará amanhã, na primeira hora, o áudio e o chat da reunião para que os técnicos da Secretaria possam colher as propostas e agilizar o processo, pois a Secretaria Executiva do CCDF precisa de um tempo para preparar a ata, mas que até o início da próxima semana ela será encaminhada.

A Conselheira Fernanda concordou com a Presidente do Conselho e reforçou a necessidade do Conselho enviar uma recomendação ao Secretário Executivo da SECEC com todas as sugestões recebidas na reunião de hoje.

A Presidente reforçou que a ata será encaminhada até o começo da próxima semana, mas que dependerá da aprovação e da assinatura dos Conselheiros e comentou que o Conselho levou uma semana para aprovar uma ata que precisamos para responder uma demanda e reforçou que esses trâmites demoram um pouquinho.

Respondeu a um questionamento do chat informando que todas as atas dos CCDF são publicadas na página do Conselho tão logo sejam aprovadas e assinadas pelos Conselheiros.

Agradeceu a presença de todos e ao trabalho incansável das tradutoras. Deu por encerrada a 11ª Reunião Extraordinária do Pleno do Conselho de Cultura do Distrito Federal às 21h47, ficando a atribuída a mim a redação da ata da presente reunião, que a submeterei aos Conselheiros de Cultura do Distrito Federal para aprovação.

Seguirá anexo a essa Ata o chat da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho de Cultura do Distrito Federal.



Documento assinado eletronicamente por **KENIA SEVERO PEREIRA - Matr.0247653-3, Secretário(a) Executivo(a)**, em 03/09/2021, às 17:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON JOSE LOURENCO DE ABREU - RG 1570434 SSP/DF, Usuário Externo**, em 03/09/2021, às 20:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **IARIADNEY ALVES DA SILVA - RG 2738210 SSP/DF, Usuário Externo**, em 04/09/2021, às 12:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE MARIA DA SILVA CAMILO - Matr.0238577-5, Coordenador(a) do Fundo de Apoio à Cultura**, em 04/09/2021, às 14:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Barbosa Adão, Usuário Externo**, em 06/09/2021, às 10:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA MORO - Matr.0242538-6, Subsecretário(a) de Fomento e Incentivo Cultural**, em 08/09/2021, às 09:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH FERNANDES - Matr.0245379-7, Presidente do Conselho**, em 15/09/2021, às 10:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CÁSSIA FERNANDES DE ANDRADE - Matr.0244228-0, Membro do Conselho**, em 06/10/2021, às 11:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr.0244224-8, Membro do Conselho**, em 21/10/2021, às 14:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **68854706** código CRC= **13A78768**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCTN, Via N2, Anexo do Teatro Nacional - Bairro Asa Norte - CEP 70070-200 - DF

00150-00002458/2021-11

Doc. SEI/GDF 68854706



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA / 2021

26/08/2021

CHAT

De Mim para Todos: 06:58 PM

11ª Reunião Extraordinária do Conselho de Cultura do Distrito Federal

PAUTA ÚNICA:

19h30 - Apreciação de propostas para execução do saldo da Lei Aldir Blanc no DF.

22h – ENCERRAMENTO

🔊 O Conselho de Cultura do Distrito Federal preparou o Formulário de Avaliação da Aplicação da LAB no DF para ouvir a comunidade da cadeia artístico-cultural e levantar os pontos fortes e fracos da Execução da Lei Aldir Blanc (LAB) no DF, realizada em 2020.

⚠️ O preenchimento do formulário é importante não apenas para acolher opiniões e sugestões, mas também para conhecermos um pouco mais a comunidade beneficiada ou não com os recursos da LAB. Essas informações permitirão termos mais indicadores que reflitam a nossa realidade no DF.

Nos ajude com sua resposta.

🔗 <https://forms.gle/PFf27T5FnkU45VPi9>

De Josiane para Todos: 07:14 PM

não tem som

já tem inscrição?

De Mim para Todos: 07:14 PM

A Reunião começará as 19h30

De wellingtonabreu para Todos: 07:14 PM

Boa noite a todas todos e todes

De Josiane para Todos: 07:15 PM

então eu volto

De Isabel Barros - Intérprete de Libras para Todos: 07:16 PM

boa noite a todos!

De Beth Fernandes para Todos: 07:28 PM

boa nboite

De Wilson Rodrigues para Todos: 07:28 PM
boa noite

De Beth Fernandes para Todos: 07:29 PM
Boa noite comunidade cultural

De Kakau Oliveira para Todos: 07:29 PM
Boa noite povo lindo da Cultura 😊

De Cleide Soares para Todos: 07:31 PM
Boa noite pra todo mundo!

De Beth Fernandes para Todos: 07:32 PM
agora vai ficar assim

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 07:32 PM
Boa noite a todas e todos

De Josiane para Todos: 07:32 PM
boa noite

De Cleide Soares para Todos: 07:32 PM
Parabéns SECEC pela conquista das condições para termos o 2º bloco de editais do FAC!

De Neide Nobre para Todos: 07:33 PM
Boa noite à todas, todos e todes

De Beth Fernandes para Todos: 07:33 PM
🙏

De Quilombos Da Liberdade para Todos: 07:33 PM
boa noite a todos e todas 🙏📊

De Wellington Abreu para Todos: 07:33 PM
Boa noite para todas, todos e todes.

De Mariana Baeta para Todos: 07:34 PM
boa noite

De Eliana Costa para Todos: 07:34 PM
todos que lutam pela cultura parabéns

De THIAGO freesoom para Todos: 07:34 PM
boa noite

De Erika Mesquita para Todos: 07:34 PM
Boa noite!

De Mariana Baeta para Todos: 07:34 PM
o áudio tá falhando ou ninguém está falando?

De Eliana Costa para Todos: 07:34 PM
conselho de itapoã presente

De Mariana Baeta para Todos: 07:35 PM
ah taaa. rrsrrsrs.obrigada beth

De Beth Fernandes para Todos: 07:36 PM
Boa noite, Eliana
Obrigada a todas, todos e todes que puserem seus nomes e identificação de onde são aqui.
Ajuda na hora da ata!

De THIAGO freesoom para Todos: 07:36 PM
boa noite, Thiago Freesoom Gerente de cultura do Parkway presente

De Cleide Soares para Todos: 07:37 PM
Beth, muito boas as notícias sobre a liberação de suplementação do FAC. Creio que este é o maior volume de recursos que vamos ter pelo FAC. Parabéns aos esforços!
ou que já tivemos pelo FAC

De Nanci Araújo para Todos: 07:37 PM
Boa noite! CRC Ceilândia!

De Kakau Oliveira para Todos: 07:37 PM
Kakau Oliveira, Produtora Cultural, Jardim Botânico

De Cleide Soares para Todos: 07:39 PM
CRC Plano Piloto presente também.
<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/08/26/museu-da-biblia-stj-suspende-decisao-da-justica-do-df-e-permite-escolha-de-projeto-de-arquitetura.ghtml>
saco, hein!

De Josiane para Todos: 07:42 PM
boa noite, Beth

De Fernanda Barbosa para Todos: 07:42 PM
boa noite comunidade

De Neide Nobre para Todos: 07:44 PM
Tenho já uma pergunta | o saldo da Lei Aldir Blanc no DF
É R\$ 3.840.743,00?

De Josiane para Todos: 07:45 PM
me inscrevo Josiane

De Kuka Escosteguy para Todos: 07:45 PM
Boa noite, recém agora recebi o link para entrar

De Neide Nobre para Todos: 07:46 PM

Na proposta apresentada pela SECEC faz referência à R\$ 3.500.000,00 porque?
Me inscrevo também

De Fernanda Barbosa para Todos: 07:47 PM

a minha conexão não esta legal tb... por isso to fechada
me inscrevo

De Neide Nobre para Todos: 07:47 PM

CRC de Sobradinho presente

De THIAGO freesoom para Todos: 07:47 PM

me inscrevo tbm

De Mim para Todos: 07:47 PM

Inscrições

1. Josiane
2. Neide
3. 3. Fernanda

De clarice para Todos: 07:47 PM

Gostaria de perguntar, se com o a liberação do suplemento do FAC, seria lançado o segundo bloco de editais? E caso seja lançado, com dificuldade seriam empenhados ainda este ano. Neste caso, o suplemento passaria para 2022? Esse valor seria reconhecido?

De Mim para Todos: 07:48 PM

Inscrições

1. Neide ok
2. Josiane
3. Fernanda
4. Thiago

De Beth Fernandes para Todos: 07:49 PM

1. Josiane
2. Neide
3. 3. Tiago
4. Fernanda

Inscrições

1. Neide ok
2. Josiane
3. Fernanda
4. Thiago

De Cleide Soares para Todos: 07:51 PM

boa essa proposta Neide.

De Kakau Oliveira para Todos: 07:51 PM

Sensacional Neide!

De Wellington Abreu para Todos: 07:51 PM

Tb achei boa essa proposta Conselheira Neide
De Neide Nobre para Todos: 07:55 PM
Quero me inscrever de novo

De Wilson Rodrigues para Todos: 07:55 PM
muitos microfones dando interferência

De Cleide Soares para Todos: 07:55 PM
O problema grande é o pessoal que se inscreve encaminhar documentação certinho, cumprir as regras também. Isso dificulta demais.

De Mim para Todos: 07:56 PM

Inscrições

1. Neide ok
2. Josiane
3. Fernanda
4. Thiago
5. Neide

De Neide Nobre para Todos: 07:57 PM

Caro senhor Carlos Alberto a comunidade Cultural não pode ser prejudicada em acesso ao auxílio do recurso da Lei Aldir Blanc
Com a entrada do recurso do FAC os espaços tem que ter o edital de manutenção de espaços

De Cleide Soares para Todos: 07:58 PM

Uma complicação, por exemplo, a LAB não aceitava pagar para quem recebeu auxílio emergencial, mas mesmo assim, muita gente não lia e encaminhava aquele montão de inscrições com erros.

De usuario para Todos: 07:58 PM

Quero me inscrever, Márcia Gomes

De Júli Espendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 07:59 PM

Acredito que muitas pessoas não receberam nenhuma parcela por não ter conseguido se cadastrar

De Cleide Soares para Todos: 07:59 PM

Precisaria de uma equipe só para cuidar da LAB emergencial

De Mim para Todos: 07:59 PM

Inscrições

1. Neide ok
2. Josiane ok
3. Fernanda
4. Thiago
5. Neide
6. Marcia Gomes

De Beth Fernandes para Todos: 08:00 PM

Eleição será do dia 2 a 10 de setembro: Fercal, Parkway e Núcleo Bandeirante

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:00 PM
Acredito e justo, essas que não receberam nada deveriam ser os primeiros a receberem

De Neide Nobre para Todos: 08:01 PM
A comunidade não pode ser prejudicada com a informação de que a SECEC não tem recurso humano para gestão dos recursos

De Mariana Baeta para Todos: 08:03 PM
concordo Neide.
contrapartida? contrapartida é ser artista no Brasil e permanecer vivo

De Neide Nobre para Todos: 08:03 PM
Contrapartida gera gastos

De Mariana Baeta para Todos: 08:03 PM
sou contra exigência de contrapartida. estamos falando de sobrevivência

De Cleide Soares para Todos: 08:03 PM
quem sabe abrir edital para pessoas jurídicas e coletivos com até x pessoas físicas também para desafogar o sistema de pessoa física. E quem estiver na ficha técnica da pj ou coletivo não se inscreve como pf. Aí daria para ter mais PJ e menos PF

De Mariana Baeta para Todos: 08:04 PM
a LAB não é favor do Estado, é direito conquistado

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:04 PM
A maioria dos artistas que conheço não receberam o auxílio emergencial por motivo de não ter experiência em acompanhar editais

De Neide Nobre para Todos: 08:05 PM
Esse recurso da Lei Aldir Blanc não é fomento é um auxílio emergencial

De Cleide Soares para Todos: 08:05 PM
Aí complica, Júliil. Como faz? Quem pretende usar recurso público, precisa acompanhar e aprender. Não tem jeito

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:07 PM
Muitos não aprenderam no tempo hábil, nesse caso e bastante nobre ensinar essas pessoas

De Mim para Todos: 08:08 PM
Inscrições

1. Neide ok
2. Josiane ok
3. Fernanda ok
4. Thiago
5. Neide
6. Marcia Gomes

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:09 PM

E estimular o enriquecimento da cultura ensinando e estimulando essas pessoas

De Sartory para Todos: 08:09 PM
gostaria de falar

De Josiane para Todos: 08:09 PM
Neide, sou favorável a devolver QQ tipo de recursos públicos. no meu caso, trabalhamos para contribuir com mais cultura. podemos redistribuir o recurso. e democratizar

De Mim para Todos: 08:09 PM
Inscrições

1. Neide ok
2. Josiane ok
3. Fernanda ok
4. Thiago
5. Neide
6. Márcia Gomes
7. Sartory

De Cleide Soares para Todos: 08:10 PM
júlil, o ideal é a comunidade tomar conhecimento e aprender. Neste ponto, muitas oportunidades foram apresentadas para aprender, ouvir as orientações tanto pelo youtube (que a maioria usa muito), quanto por cartilha.

De Wellington Abreu para Todos: 08:11 PM
Parabéns pela clareza Fernanda

De Júlil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:11 PM
Sim, mas nem todos são iguais e alguns tem dificuldades distintas

De Josiane para Todos: 08:13 PM
gostaria de me inscrever

De Cleide Soares para Todos: 08:13 PM
Movimento social, sindicatos de trabalhadores rurais, (estes já lidam com diversas inscrições de projetos) podem ajudar o povo do campo. Aí é a Contag, MST abrir a divulgação nas bases ou a Emater (GDF(com seus extensionistas.

De Aline para Todos: 08:13 PM
A Fernanda, interessante as suas sugestões quanto aos critérios!

De Cacá Silva para Todos: 08:14 PM
Pergunta. Será contemplado quem não recebeu qualquer um dos 3 incisos? Ou só o inciso 3?

De Mim para Todos: 08:14 PM
Inscrições

1. Neide ok
2. Josiane ok
3. Fernanda ok

4. Thiago ok
5. Neide
6. Márcia Gomes
7. Sartory
8. Josiane

De Neide Nobre para Todos: 08:14 PM

Conselheira Fernanda solicito que compartilhe conosco as suas observações

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:15 PM

E um egoísmo, reivindicar algo para o benefícios próprio em um momento de grande dificuldade e esquecer aqueles que não receberam naaaaaadaaaa

De silvio rangel para Todos: 08:16 PM

gostaria de me inscrever

boa noite

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:16 PM

Isso nos empobrece culturalmente

De Mim para Todos: 08:17 PM

Inscrições

1. Neide ok
2. Josiane ok
3. Fernanda ok
4. Thiago ok
5. Neide
6. Márcia Gomes
7. Sartory
8. Josiane
9. Sílvio Rangel

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:17 PM

Ai entra essa questão de um grupo isolado que recebe

De Cleide Soares para Todos: 08:17 PM

eu mesma chamei muita gente da cultura, de base, pra se inscrever, ofereci ajuda para inscrever, mas as pessoas achavam trabalhoso enviar RG e comprovante e tal. Fizemos a rede de solidariedade para ajudar, aí ok. Galera passava a conta pra gente ajudar com transferência de apoio. Recurso público tem fiscalização, controle, cuidado. Não dá para ser solto, liberado, flexibilizado

De Beth Fernandes para Todos: 08:17 PM

Precisamos de concurso público para a Sece

De Kakau Oliveira para Todos: 08:18 PM

Muito importante a contribuição da Fernanda, especialmente na questão da inclusão da pessoa com deficiência. Minha sugestão é que o critério seja o mesmo do FAC Multicultural. (Laudo ou Relatório de até 3 anos)

De Beth Fernandes para Todos: 08:18 PM
Secec*

De Mim para Todos: 08:18 PM

5. Neide
6. Márcia Gomes
7. Sartory
8. Josiane
9. Sílvio Rangel

De sílvio rangel para Todos: 08:19 PM
fui tirado da lista 🙄

De fabio pedroza para Todos: 08:21 PM
se tivesse sido para realização de ações como na maioria dos estados, essa questão não teria acontecido.

De Beth Fernandes para Todos: 08:21 PM
Foi não, Sílvio!

De Adriana Gomes para Todos: 08:21 PM
Na linha de festivais foi o que mais aconteceu, idealizador ficar com todo o recurso

De Beth Fernandes para Todos: 08:21 PM

6. Márcia Gomes
7. Sartory
8. Josiane
9. Sílvio Rangel

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:23 PM
A pura verdade Neide

De tereza padilha para Todos: 08:23 PM
Mas Sera que o governo tem que solicitar pra onde esta indo a verba? Mas se o “festival” não cumpriu o que foi determinado, ai e falta de ética, respeito e digo, lamentavel.

De Kakau Oliveira para Todos: 08:23 PM
Neide está certíssima!!!

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:23 PM
Agora apos que os CRC foram formados

De Mim para Todos: 08:25 PM

7. Sartory
8. Josiane
9. Sílvio Rangel

De Josiane para Todos: 08:25 PM

Josiane inscrição

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:25 PM

a comunicação melhorou bastante correlação as informações de direitos e auxílios

De Beth Fernandes para Todos: 08:25 PM

7. Sartory
8. Josiane
9. Sílvio Rangel

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:29 PM

Mas tudo agora em 2021

Agora, após os CRCs serem formados...

Verdade ajuda muito

De Mariana Baeta para Todos: 08:29 PM

concordo Márcia

De Neide Nobre para Todos: 08:31 PM

Os agentes culturais não podem ser penalizado tão pouco criminalizados por falta de acesso à informação, LEMBREMOS que muitos estão agora se aproximando de editais, aprendendo a lidar com elaboração e execução de projetos, pois muitos geriam seus fazeres e se mantinham com ele

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:33 PM

Verdade Marcia, conheço pessoas que chegou ao choro e a tristeza profunda por ter perdido oportunidade do auxílio por dificuldades pessoais

De Mim para Todos: 08:33 PM

8. Josiane
9. Sílvio Rangel

De Cacá Silva para Todos: 08:33 PM

a inclusão de muitos critérios irá inibir e talvez afastar muitos profissionais da cultura, que não tem como comprovar nada.

De Rubens Aguilar para Todos: 08:34 PM

me inscrever

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:34 PM

Exatamente Sartore

De Neide Nobre para Todos: 08:34 PM

Lembremos ainda que a Lei Aldir Blanc é destinada aos trabalhadores e trabalhadoras que estavam no exercício desse fazer e tiveram que parar por causa da necessidade do isolamento social

De Cleide Soares para Todos: 08:34 PM

precisamos ter clareza que o próprio auxílio emergencial do governo foi muito complexo, e o povo deu um jeito de entrar, se cadastrar e receber (com extrema dificuldade do governo genocida para pagar, apesar de todas as condições e maquina gigante)

De usuario para Todos: 08:34 PM

Sim Juli, eu inscrevi vários agentes culturais para a LAB 2020 e sei d muitos que me procuraram depois do prazo e ficaram desesperados.

De Mim para Todos: 08:34 PM

9. Sívio Rangel

10. Rubens Aguilar

De Cacá Silva para Todos: 08:34 PM

Sartore foi preciso

De Cleide Soares para Todos: 08:35 PM

Outra coisa, será que o BRB não pode ajudar a resolver essas inscrições e pagamentos pelo aplicativo?

De fabio pedroza para Todos: 08:36 PM

exato! em todos os estados as ações estão causando MUITO impacto, distribuição e pulverização dos recursos de formas que nem as secretarias conseguiriam fazer

De Cleide Soares para Todos: 08:36 PM

seleção pela SECEC, de forma simplificada, usando os critérios todos necessários.

De Neide Nobre para Todos: 08:36 PM

O Banco do Brasil é o banco pagador do recurso da Lei Aldir Blanc

De Cacá Silva para Todos: 08:37 PM

não pode haver exclusão, agregar CNPJ e CPF, todos tem direito.

De Mim para Todos: 08:37 PM

9. Sívio Rangel

10. Rubens Aguilar

De Mariana Baeta para Todos: 08:37 PM

não concordo com exigência de contrapartida. estamos falando de sobrevivência. LAB não é fomento.

De Cacá Silva para Todos: 08:38 PM

Edital de premiação não pode haver contra partida.

De fabio pedroza para Todos: 08:38 PM

fomento é sobrevivência. a LAB foi muito bem elaborada para exatamente atender toda a cadeia produtiva, demonstrado em cada linha (I, II e III)

De Mariana Baeta para Todos: 08:39 PM

é auxilio emergencial. nem tudo é fomento

De Cleide Soares para Todos: 08:39 PM

A dificuldade toda é que a galera gostaria muito que fosse tipo enviar a conta e o RG e pronto, mas recurso público realmente precisa do cuidado e cumprimento de exigências da Lei maior que rege editais. Pra facilitar mais, teria que tentar mudar a lei federal, envolver tribunais de contas, tesouro nacional...

De Quilombos Da Liberdade para Todos: 08:39 PM

salve rasta 🧐📺

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:39 PM

Elitizar esse recurso a alguns da muita tristeza, muitos que não recebeu nada

De usuario para Todos: 08:40 PM

Concordo que deve ser contemplado como prioridade os não contemplados, mas a contrapartida não deva ser uma exigência, isso gera mais angustia ainda no agente cultural que já vem exercendo sua contrapartida diariamente na atuação diária de seu ofício, mesmo com a pandemia as pessoas não ficaram paradas, mas ficaram sem receber recurso.

De Nanci Araújo para Todos: 08:43 PM

Concurso público já para SECEC! Ou contratação emergencial de uma equipe para execução da LAB! 🙌

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:43 PM

Muitos dos CRCs e outros anônimos, estão trabalhando e trabalhavam muito com artes e cultura em várias ações e não chegou a receber esse auxílio

De Josiane para Todos: 08:43 PM

precisamos devolver e remunerar

De fabio pedroza para Todos: 08:44 PM

gostaria de me inscrever

De Josiane para Todos: 08:44 PM

remunerar os trabalhadores

De Mim para Todos: 08:45 PM

10. Rubens Aguilar

11. Fábio Pedroza

De Adriana Gomes para Todos: 08:45 PM

O nosso fazer artístico-cultural já é a contrapartida. A LAB é sobrevivência, é pagar contas e alimentar-se.

De usuario para Todos: 08:45 PM

É isso Adriana, concordo

De Cacá Silva para Todos: 08:45 PM

Edital de Premiação é a melhor opção. A contra partida não é viável.

De Helder Nascimento Cangaceiro para Todos: 08:46 PM

Boa noite a todos, sou Helder Nascimento Conselheiro de Cultura em São Sebastião e lider dos Cangaceiros do Cerrado

De usuario para Todos: 08:46 PM

Essa obrigatoriedade torna mais caótico ainda o processo.

De Hugo Gomes #12 para Todos: 08:47 PM

Podemos pensar no padrão de contrapartida da Lei Federal de Incentivo.

Contrapartidas sociais de cunho educacional para alunos e professores da rede pública de ensino.

De Josiane para Todos: 08:48 PM

como vc materializa a sua concepção artístico Cultural? sem ter gente?
sem remunerar?

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:49 PM

Devemos valorizar em primeiro lugar as pessoas em vez de coisa

De Mariana Baeta para Todos: 08:49 PM

se o FAC não exige contrapartida, por que a LAB exigiria?

nossas atividades artísticas por si só já devolvem à sociedade os investimentos. nossas atividades são elementos fundantes desse país. seremos eternos devedores quando somos contribuintes essenciais

De Mim para Todos: 08:49 PM

10. Rubens Aguilar

11. Fábio Pedroza

De fabio pedroza para Todos: 08:49 PM

porque o fac é para um projeto, um objeto realizado

De Neide Nobre para Todos: 08:49 PM

Como um técnico do backstage que é recurso humano de execução pode dar uma contrapartida????

De Josiane para Todos: 08:50 PM

o Fac vc executa projeto

o técnico entra em outra modalidade

De Mariana Baeta para Todos: 08:51 PM

verdade, Fábio. mas a LAB é auxílio emergencial. continua não cabendo contrapartida

De usuario para Todos: 08:51 PM

A máquina pública dificulta demais

De silvio rangel para Todos: 08:51 PM

A secretaria de economia segurou o processo

De Adriana Gomes para Todos: 08:52 PM

exigir contrapartida em um prêmio de 5k da LAB? Quantas pessoas vc emprega com 5k?

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:52 PM

Tem pessoas que respiram e vivem a arte e a cultura 24h e executar uma contrapartida se torna rotina muito estafante e toma por completo a vida da pessoa

De Josiane para Todos: 08:52 PM

gostaria de me inscrever novamente

De Mim para Todos: 08:52 PM

10. Rubens Aguilar
11. Fábio Pedroza
12. Josiane

De Cleide Soares para Todos: 08:52 PM

o técnico pode dar oficina básica para estudantes ou para outros interessados que queiram ingressar na área ou desenvolver projetos nas comunidades.

De fabio pedroza para Todos: 08:53 PM

a questão é que está sendo feita uma confusão entre contrapartida e ação cultural. não precisa ser contrapartida, é muito mais simples fazer contratação para realização de objetos. não precisa reter imposto e traz retorno para a sociedade. e pode ser coisa simples, não to falando aqui de festival, to falando das ações culturais/artísticas que já fazemos

De Neide Nobre para Todos: 08:53 PM

Lembremos que a Secretaria de Economia sentou no processo da Lei Aldir Blanc, deixou para enviar para CLDF aos 45 do último tempo

De Cacá Silva para Todos: 08:53 PM

O Edital de Premiação é a melhor opção para muitos profissionais. Inclusive com critérios mais fáceis de serem cumpridos pela grande maioria, não pode haver critérios que excluam.

De Mariana Baeta para Todos: 08:53 PM

boa pergunta Adriana

De Beth Fernandes para Todos: 08:53 PM

Sugestões aqui no chat também estão sendo anotadas, obrigada, Cacá e demais

De Mariana Baeta para Todos: 08:54 PM

fica Galpão do Riso

De usuario para Todos: 08:54 PM

É isso Cacá, quanto mais simplificado mais eficaz o processo

De Cleide Soares para Todos: 08:54 PM

o técnico pode atuar em eventos na RA onde mora... Tem muito jeito de oferecer contrapartida. Isso sou a favor para volumes de recursos maiores, como os dos coletivos e pj

De fabio pedroza para Todos: 08:54 PM

isso não se torna verdade se analisarmos o que foi feito no primeiro edital

De Fernando Cardoso para Todos: 08:55 PM

Boa noite pessoal! Fernando Cardoso Olivier, presente (CRC P.Piloto - FWTV Filmes (Festival Sarau Virtual, Couture/F.ACTION)

De Mariana Baeta para Todos: 08:55 PM

sorte a deles que tem salario fixo, benefícios, 13o e ferias

De Fernanda Barbosa para Todos: 08:55 PM

exato Mariana.

De Mim para Todos: 08:55 PM

10. Rubens Aguilar

11. Fábio Pedroza

12. Josiane

De Cacá Silva para Todos: 08:56 PM

toda ve que tem um evento cultural e não tem verba o músico sempre tá presente, de graça, a contra partida do músico é dada muitas vezes antes de qualquer possibilidade de receber prêmio.

De Helder Nascimento Cangaceiro para Todos: 08:57 PM

Sugiro que os recursos possam ser usados com as pessoas, pagamento de serviços, dos parceiros, músicos etc... Inclusive da contrapartida.

De Wellington Abreu para Todos: 08:57 PM

Não vejo lógica em contra partida na LAB 2. Temos que amadurecer esse tema

De usuario para Todos: 08:58 PM

É isso Cacá, o artista não para e não parou de atuar e essa já é a contrapartida, receber o retorno financeiro daquilo que vem fazendo de graça ou por milgalhas.

De Jad Teles para Todos: 08:58 PM

Gosto desse sistema de prêmios.. Facilita para todos, contempla bem os artistas diretamente e não os deixa pendurados

De Cacá Silva para Todos: 08:59 PM

exatamente!

De Mim para Todos: 08:59 PM

11. Fábio Pedroza

12. Josiane

De Júli Espendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:59 PM

Verdade Rubens, tem muitas mães e pais de família que não tem tempo de acompanhar todas as oportunidades, passam o dia todo trabalhando e cuidando da família

De Rubens Aguilar para Todos: 09:00 PM

isso msm Júli Espendor

De silvio rangel para Todos: 09:01 PM

bolsa de 5 mil foram sugeridas para os agentes culturais pra Secec na execução anterior da LAB, Adriana...

De Hugo Gomes #12 para Todos: 09:03 PM

Excelente Fábio

De Josiane para Todos: 09:03 PM

perfeito

De Edmar para Todos: 09:03 PM

A lei Aldir Blanc é muito importante para nós artesões . Principalmente agora diante esta pandemia que estamos vivendo .

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 09:03 PM

Exatamente Fábio

De Josiane para Todos: 09:03 PM

excelente, falou tudo

De Cacá Silva para Todos: 09:03 PM

A LAB é para Fomento?

De Edmar para Todos: 09:04 PM

Mas é muito importante os artesãos terem ajuda para elaborar projetos e enviar documentos, pois a grande maioria é idosa e nem sabe que tem direito

De Cacá Silva para Todos: 09:05 PM

Temos o FAC que é para Fomento.

De Rita Andrade para Todos: 09:05 PM

me inscrevo

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 09:05 PM

É muito difícil um artesão ou um artista plástico anônimo ser visitado para uma reportagem para conseguir um relize

Exatamente Edmar

De Mim para Todos: 09:05 PM

12. Josiane

13. Rita

De usuario para Todos: 09:05 PM

Concordo Fábio, mas tem que ser muito bem elaborada a proposta e não pode ser obrigatório, muitas pessoas estão em estado de calamidade

De Edmar para Todos: 09:06 PM

Os artesões precisa de ajuda

De Cacá Silva para Todos: 09:06 PM

Com edital de premiação, as vagas serão preenchidas.

De Jad Teles para Todos: 09:07 PM

Gosto desse sistema de prêmios.. Facilita para todos, contempla bem os artistas diretamente e não os deixa pendurados

De Cacá Silva para Todos: 09:07 PM

quanto mais critérios, mas exclusão haverá

De Júli Espendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 09:07 PM
Boa Edmar

De Mim para Todos: 09:08 PM

12. Josiane
13. Rita

De Cacá Silva para Todos: 09:08 PM
Tudo que pode causar exclusão é ruim!

De usuario para Todos: 09:08 PM
Por contrato pode não ter respaldo legal

De Edmar para Todos: 09:08 PM
A cultura é a vida de uma cidade . Sem cultura somos uma nação sem identidade . O DF tem uma diversidade muito rica que precisa ser valorizada .

De Mim para Todos: 09:08 PM

🔊 O Conselho de Cultura do Distrito Federal preparou o Formulário de Avaliação da Aplicação da LAB no DF para ouvir a comunidade da cadeia artístico-cultural e levantar os pontos fortes e fracos da Execução da Lei Aldir Blanc (LAB) no DF, realizada em 2020.

☐ O preenchimento do formulário é importante não apenas para acolher opiniões e sugestões, mas também para conhecermos um pouco mais a comunidade beneficiada ou não com os recursos da LAB. Essas informações permitirão termos mais indicadores que reflitam a nossa realidade no DF.

📧 Nos ajude com sua resposta.

🔗 <https://forms.gle/PFf27T5FnkU45VPi9>

De Cacá Silva para Todos: 09:09 PM
Menos critérios, mais facilidade.

De Edmar para Todos: 09:09 PM
precisamos pensar em editais que incluem as pessoas e não exclua .

De Mim para Todos: 09:09 PM

12. Josiane
13. Rita
14. João

De Cacá Silva para Todos: 09:09 PM
por isso o edital de premiação é o ideal.

De Wellington Abreu para Todos: 09:10 PM
O artista vivo já é uma devolutiva

De fabio pedroza para Todos: 09:11 PM

caca, o que seria mais simples do que ser contratado para fazer o que já fazemos e simplesmente registrar isso?

De Mariana Baeta para Todos: 09:11 PM

exato Rita

De Cacá Silva para Todos: 09:12 PM

a Rita Andrade está respondendo

De Jad Teles para Todos: 09:12 PM

Editais de prêmios... Contempla uma vida... paga as contas, não pendura ninguém

De Júlio Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 09:12 PM

Boa amigo, guerreiro Wellington Abreu

De Cacá Silva para Todos: 09:12 PM

a Rita está correta

De Fernando Cardoso para Todos: 09:12 PM

Dignidade é o mínimo... Concordo com a Rita Andrade

De Adriana Gomes para Todos: 09:12 PM

concordo, rita

De Erika Mesquita para Todos: 09:12 PM

concordo Rita!

De Cacá Silva para Todos: 09:12 PM

Parabéns Rita

De Mariana Baeta para Todos: 09:12 PM

isso Rita. é espantoso agentes culturais não considerarem isso

De Sartory para Todos: 09:12 PM

CONCORDO RITA . MAS acho que o pessoal falou dos FESTIVAIS.

De Mariana Baeta para Todos: 09:13 PM

5 mil com contrapartida?

De Josiane para Todos: 09:13 PM

vc contrata com a contrapartida

De fabio pedroza para Todos: 09:13 PM

bem, como pessoa física eu preferia fazer uma live sobre elaboração de projetos e não ter o imposto retido na fonte

De Fernando Cardoso para Todos: 09:13 PM

Emergencial, totalmente caráter assistencial

De Mariana Baeta para Todos: 09:13 PM
concordo Rita

De Josiane para Todos: 09:13 PM
vc gera renda e emprego

De Adriana Gomes para Todos: 09:13 PM
e separa as dimensões da LAB e do FAC

De Wellington Abreu para Todos: 09:13 PM
Concordo Rita

De Bianca Sousa para Todos: 09:14 PM
Rita, fantástica a sua colocação

De Wellington Abreu para Todos: 09:14 PM
Concordo Adriana

De Mariana Baeta para Todos: 09:14 PM
gente, alguns agentes culturais estão passando fone. mal tem internet.
FOME

De Neide Nobre para Todos: 09:14 PM
Grata conselheira Rita sua fala me contempla.

De Júli Espendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 09:15 PM
Exata Rita, a vida do artista seria muito mais produtiva, leve e feliz

De Fernando Cardoso para Todos: 09:15 PM
É sobrevivência dos fazedores da arte

De Jad Teles para Todos: 09:15 PM
Conheço artista que não tem nem internet em casa, transporte quebrado, equipamentos danificados... imobilizados..... prêmio é rápido e direto... Pronto

De Fernando Cardoso para Todos: 09:15 PM
É emergencial,

De Mariana Baeta para Todos: 09:16 PM
obrigada Eita!
Ritaaa

De Mim para Todos: 09:16 PM
14. João Moro

De Cacá Silva para Todos: 09:16 PM
Obrigado Rita!!!

De Nanci Araújo para Todos: 09:16 PM

É isso, critérios simples e objetivos para agilizar e incluir!

De Cacá Silva para Todos: 09:17 PM

Edital de Premiação, sem contra partida e critérios que não excluam.

De Fernando Cardoso para Todos: 09:17 PM

Obrigado Rita Andrade, muito pontual! Não podemos cometer erros com os direitos dos trabalhos.

De Rita Andrade para Todos: 09:18 PM

me re-inscrevo

De Mim para Todos: 09:18 PM

15. Rita

De fabio pedroza para Todos: 09:19 PM

a linha II todo mundo foi contemplado

me inscrevo

De Mim para Todos: 09:20 PM

15. Rita

16. Fábio Pedroza

De Josiane para Todos: 09:21 PM

é importante, olhar os exemplos. todos os Estados e municípios criaram seus editais. A maioria conversou com as suas comunidades e realizaram projetos.

De Neide Nobre para Todos: 09:24 PM

montamos e temos grupos de Whatsapp com foco na lei Aldir Blanc para colaboração e ajuda mútua

De Beth Fernandes para Todos: 09:24 PM

é verdade

De Mariana Baeta para Todos: 09:26 PM

exato. criam o problema e

De Mim para Todos: 09:27 PM

16. Fábio Pedroza

De silvio rangel para Todos: 09:27 PM

gostaria de me inscrever

De Mim para Todos: 09:27 PM

17. Silvio Rangel

De Rita Andrade para Todos: 09:28 PM

Exato Fábio, a relação é institucional!

De Josiane para Todos: 09:29 PM

me inscrevo

De Joao Moro para Todos: 09:29 PM

É que não tinha problema ter recebido o auxílio

Mas de boas, conversamos sobre isso depois, pra eu entender mesmo, combinado?

De Mim para Todos: 09:30 PM

1. Silvio Rangel

2. Josiane

De Wellington Abreu para Todos: 09:31 PM

Minha conexão não esta legal

Voltei

De Edmar para Todos: 09:31 PM

Neide , posso participar do grupo de Whatsapp?

De Neide Nobre para Todos: 09:33 PM

<https://chat.whatsapp.com/GGK0otNBct69GoGMTdAjXH>

link de acesso ao grupo da Lei Aldir Blanc DF

De Mariana Baeta para Todos: 09:35 PM

projetos? não eram projetos

De Cacá Silva para Todos: 09:35 PM

O prêmio é a melhor opção. Mérito cultural é importante sim!!! Onde o Histórico Profissional em qualquer outro seguimento social é ignorado???

De Neide Nobre para Todos: 09:36 PM

Quero agradecer ao CCDF as conselheiras e conselheiros à pauta LAB e o diálogo

De Mim para Todos: 09:36 PM

Considerações dos Conselheiros:

1. Rita

De Fernanda Barbosa para Todos: 09:37 PM

gostaria de registrar aqui, como proposta de encaminhamento que o CCDF defina em pleno, diante de todo o exposto, os principais critérios que devem ser considerados pela SECEC para a LAB 2.

e que seja recomendado ao Sr. Carlos.

De fabio pedroza para Todos: 09:37 PM

ah, esqueci de uma coisa na minha fala, sobre a questão da comunicação: o papel absurdamente importante e essencial do CCDF nesse processo

De Edmar para Todos: 09:39 PM

obrigada Neide

LEI EMERGENCIAL DE CULTURA **ALDIR BLANC**

LEI ALDIR BLANC (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020)
SALDO REMANESCENTE - DF

Secretaria de
Cultura e
Economia Criativa



EDITAL DE PREMIAÇÃO

PREMISSAS

Secretaria de
Cultura e
Economia Criativa



ITEM	DESCRIÇÃO
Objeto	Seleção de agentes culturais (PF/PJ) e de iniciativas culturais que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Distrito Federal.
Critério 1	Atuação da personalidade. Se teve atuação sob a ótica de contribuição para o reconhecimento, difusão, valorização e a preservação da cultura do Distrito Federal.
Critério 2	Caráter inovador. Se desenvolveu processos criativos continuados; se desenvolveu ações de formação cultural e fortalecimento das identidades culturais; se promoveu a integração da cultura com outras esferas do conhecimento e da vida social.
Critério 3	Valores não discriminatórios. Se contribuiu para a difusão e promoção de valores que contribuam no combate a preconceitos de gênero, étnico-racial ou religioso.
Critério 4	Vulnerabilidade social. Se teve atendimento a populações em situação de vulnerabilidade, tais como residentes em áreas de baixo IDH, povos indígenas, sistema socioeducativo prisional, pessoas com deficiência, crianças e jovens das regiões Administrativas do Distrito Federal etc.
Critério 5	Geração de emprego e renda. Se teve ações voltadas para o fortalecimento da economia criativa (viés econômico/financeiro) e/ou economia solidária (viés social).

EDITAL DE PREMIAÇÃO

PONTUAÇÃO EXTRA / SEGMENTOS PREMIADOS

Secretaria de
Cultura e
Economia Criativa



ITEM	DESCRIÇÃO			
Extra 1	Não ter sido contemplado pela Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020).			
Extra 2	Proponentes residentes/estabelecidos nas regiões de menor IDH, conforme os Grupos estabelecidos. Ex: Grupo IV (maior pontuação): Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA–Estrutural, Varjão, Vila Telebrasília, Por do Sol/Sol Nascente.			
Extra 3	Proponentes que atuem com temática relacionada ao gênero feminino (proposição de medidas voltadas à promoção da equidade de gênero e à prevenção da violência contra as mulheres).			
Extra 4	Proponentes que atuem com pessoas com deficiência (medidas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência).			
Segmentos Premiados	Audiovisual	Dança	Graffiti/Artes Urbanas	Música Instrumental
	Artesanato	Design e Moda	Literatura	Ópera/Musical
	Artes Plásticas/Visuais	Diversidade /LGBTQIA+	Manifestações Circenses	Produção Cultural
	Tecnologia/Cultura Digital	Fotografia	Manifestações Sacrorreligiosas/Gospel	Patrimônio Hist. Art., Material e Imaterial
	Cultura Popular	Pesquisa/Capacitação	Música Popular	Teatro

EDITAL DE PREMIAÇÃO

MODELO 1

Secretaria de
Cultura e
Economia Criativa



	PRÊMIO	QUANTIDADE	TOTAL
PESSOA FÍSICA	R\$ 15.000,00	100	R\$ 1.500.000,00
PESSOA JURÍDICA	R\$ 20.000,00	100	R\$ 2.000.000,00
		200	R\$ 3.500.000,00

EDITAL DE PREMIAÇÃO

MODELO 2

Secretaria de
Cultura e
Economia Criativa



	PRÊMIO	QUANTIDADE	TOTAL
PESSOA FÍSICA	R\$ 5.000,00	300	R\$ 1.500.000,00
PESSOA JURÍDICA	R\$ 10.000,00	200	R\$ 2.000.000,00
		500	R\$ 3.500.000,00

EDITAL DE PREMIAÇÃO

MODELO 3

Secretaria de
Cultura e
Economia Criativa



	PRÊMIO	QUANTIDADE	TOTAL
PESSOA FÍSICA	R\$ 7.000,00	500	R\$ 3.500.000,00
		500	R\$ 3.500.000,00

LEI EMERGENCIAL DE CULTURA **ALDIR BLANC**

AGOSTO/2021

SALDO REMANESCENTE - DF

Secretaria de
Cultura e
Economia Criativa

